

SESSÕES DO PLENÁRIO

22ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de maio de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO ANGELO CORONEL

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial em Comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública, proposta pelo deputado Marcelino Galo.

Convido para compor a Mesa o Sr. Proponente da sessão, deputado Marcelino Galo, do PT; a Srª Procuradora-Geral Adjunta da Procuradoria Geral, Luciane Rosa Croda, representante do governador Rui Costa; Srª Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira Pimentel, representante da Presidente do Tribunal de Justiça, Srª Desembargadora Maria do Socorro Santiago; Srª Procuradora de Justiça Cleonice de Souza Lima, representante da Procuradora-Geral de Justiça, Ediene Santos Lousado; Sr. Defensor Público-Geral, Clériston Cavalcante de Macêdo; Sr. Chefe Substituto da Defensoria Pública da União da Bahia, Bruno de Andrade Lage; Srª Corregedora da Defensoria Pública, Maria Auxiliadora Teixeira; Srª 2ª Vice-Presidente da AMAB, Elbia Rosane Sousa de Araújo, representante do presidente Freddy Pitta Lima; Sr. Diretor da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, Bruno Moura de Castro.

Neste momento, ouviremos o Hino Nacional Brasileiro.

(Apresentação do Hino Nacional.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Concedo a palavra ao proponente da sessão, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Bom dia a todos e a todas, é uma honra recebê-los aqui neste dia. Eu começo saudando o nosso presidente, deputado Angelo Coronel, que inaugura esse novo período como gestor desta Casa. Quero lhe agradecer e parabenizar por esta atitude de sempre participar das atividades, não só como esta, que é muito importante, mas também nas diversas atividades. O presidente tem inaugurado essa nova atitude de sempre participar, fazendo questão de realizar a abertura.

Então, eu saúdo e agradeço a presença da Srª Procuradora-Geral Adjunta da Procuradoria Geral, Luciana Rosa, aqui representando o governador Rui Costa. Muito obrigado. Quero agradecer à Srª Desembargadora Dinalva Gomes Laranjeira, representando o presidente do Tribunal de Justiça; à Srª Procuradora de Justiça

Cleonice de Souza Lima, aqui representante da Procuradoria Geral de Justiça; ao Sr. Defensor Público Clériston Cavalcante de Macêdo – parabenizar-lhe pela reeleição na Defensoria e que desejar que tenha um grande mandato, exatamente como foi o primeiro. E, agora, com certeza, com muito mais tranquilidade, temos a garantia de que vai ser muito bom –; ao Sr. Chefe Substituto da Defensoria Pública da União da Bahia, Bruno de Andrade Lage, muito obrigado pela sua presença; à Sr^a Corregedora da Defensoria Pública, Maria Auxiliadora Teixeira; à Sr^a 2^a Vice-Presidente da AMAB, Elbia Rosane Souza de Araújo, representante do presidente Freddy Pitta Lima, e o Sr. Diretor da Associação dos Defensores Públicos do Estado, Bruno Moura de Castro. E a todos vocês, neste dia tão importante que a gente vai celebrar, mas também informar à sociedade desse trabalho fundamental da Defensoria.

E, num dia de perplexidade, que tenhamos a sabedoria, enquanto elite política, elite dirigente, que esse povo tenha a sabedoria de sair desta situação, este verdadeiro tsunami político, justamente no aniversário da Defensoria, essa instituição tão comprometida com a democracia e com o direito dos mais pobres da nossa sociedade. Então, precisamos ter muita tranquilidade, muita sabedoria para saber lidar e encontrar um caminho para o povo brasileiro.

(Lê) “Hoje estamos aqui homenageando a passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública, uma instituição essencial à função jurisdicional, acolhida e resguardada pela Constituição brasileira enquanto ‘expressão e instrumento do regime democrático’ e que tem como incumbência a *‘orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados’*.”

Portanto, essa instituição não é uma faculdade do Estado. Ao contrário: trata-se de uma instituição que é uma expressão e um instrumento da própria democracia, uma vez que está umbilicalmente relacionada à universalização do acesso à justiça e à garantia de que todos os brasileiros tenham e possam alcançar a efetivação de seus direitos, inclusive o direito à ampla defesa, independentemente de sua condição social ou financeira.

Esta é uma primeira reflexão importante. A Defensoria Pública é fundamental em um regime democrático e só pode atuar de forma plena em uma democracia. Fruto de uma evolução histórica do modelo de assistência jurídica gratuita oferecida pelo Estado. A compreensão de que a prestação de serviço jurídico público e gratuito à parcela da população que não tem como arcar com os custos por esse serviço acabou por fazer com que a nossa República estruturasse um órgão estatal com função e atributos próprios para prestar adequadamente a assistência jurídica integral.

Sem a Defensoria Pública não há justiça, porque sem ela o acesso à assistência jurídica se restringe àqueles com renda maior, enquanto os demais ficariam apartados deste acesso, o que representa desigualdade e injustiça.

Portanto, não seria um exagero inferir que a Defensoria Pública tem em sua própria natureza, em sua própria constituição, a marca da luta contra a desigualdade.

Esta desigualdade é uma realidade vivida pelos defensores públicos todos os dias, no exercício de suas funções.

Esses servidores, esses profissionais do direito têm um contato direto com o segmento da sociedade que em geral está apartado das conquistas civilizatórias da humanidade e assim estão por conta de sua condição econômica e social, e este é um traço marcante da Defensoria Pública que hoje homenageamos.

O saudoso Darcy Ribeiro dizia que *‘O Brasil, último país a acabar com a escravidão tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso.’*

Talvez em nenhum lugar esta desigualdade se revele mais perversa do que no sistema prisional. Em todos os presídios que visitamos no exercício das atividades da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, esta desigualdade salta aos nossos olhos e nos cobre a todos com o manto da vergonha. O que podemos presenciar é o encarceramento da população negra, pobre e jovem. A composição da população prisional é, por si mesma, uma prova irrefutável de que o fortalecimento da Defensoria Pública é indispensável à luta contra a desigualdade.

De tal forma que a luta pelo fortalecimento da Defensoria Pública está longe de ser uma questão corporativa ou restrita aos operadores do direito.

Ao contrário, a Defensoria Pública é uma questão de cidadania, tanto mais importante quanto maiores forem as desigualdades social e econômica.

Somos testemunhas da diferença que faz a presença de defensores públicos nos municípios.

Portanto, a Defensoria Pública é, muitas vezes, a última esperança daqueles que estão apartados da justiça por conta de sua renda e condição social. A concessão de benefícios de isenção de taxas e custas judiciais são insuficientes para democratizar o acesso à justiça. E é a partir desta constatação, deste entendimento, que o Estado brasileiro institucionalizou a Defensoria Pública, uma garantia constitucional.

Sua origem remota está ainda nas Ordenações Filipinas, mas a sua configuração tal qual a conhecemos hoje é recente em nossa história. Se é verdade que ainda em 1897, no Rio de Janeiro, um decreto instituiu oficialmente o serviço de Assistência Judiciária, um embrião da Defensoria Pública tal qual a conhecemos hoje, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que a Defensoria Pública deu um salto institucional e histórico, salto esse que se materializou através da Lei Complementar nº 988/2006.

Outro marco importante que não podemos esquecer foi a institucionalização, em âmbito federal, da Defensoria Pública da União, por meio da Lei Complementar nº 80, de 1994.

Criada pela Lei nº 4.658/85, de 26 de dezembro de 1985, a Defensoria Pública do Estado da Bahia englobou membros atuantes na área criminal, vinculados ao Ministério Público do Estado da Bahia e à Procuradoria. Por sua vez, com a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública passou a ser reconhecida como órgão essencial à Justiça e com a Emenda Constitucional nº 45/04, de dezembro,

mais especificamente, foi regulamentada em nível federal a autonomia da Defensoria Pública, evoluindo esse processo em diversos Estados.

Na Bahia, a Constituição Estadual regulamentou a autonomia da Defensoria Pública, desvinculando-a da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos (SJDH), a partir de 2 de janeiro de 2006. Com a sanção da Lei Complementar nº 26/98, asseguramos a inserção da instituição na Lei de Diretrizes Orçamentárias como quinto órgão na estrutura de governo.

O dia 19 de maio foi escolhido como o Dia Nacional da Defensoria Pública em homenagem ao Santo Ivo de Kermartin, um franciscano da Ordem Terceira de São Francisco, nascido em 1253 e juiz do tribunal eclesiástico, ficou conhecido como o ‘defensor dos pobres’ ou ‘advogado dos pobres’.

Hoje, esta Casa Legislativa realiza esta sessão especial para homenagear essa instituição, apresentar os trabalhos realizados pela mesma, divulgar e debater a sua importância e de seus membros como agentes transformadores da realidade social brasileira. Esse é um ato de comemoração, mas sobretudo de afirmação da Defensoria Pública enquanto um imperativo democrático, indispensável ao nosso avanço civilizatório e à justiça.

Quem defende a Defensoria Pública em verdade defende a maioria do povo brasileiro. O povo pobre.

Por isso, em nome da Assembleia Legislativa da Bahia quero encerrar esse discurso agradecendo a essas profissionais e a esses profissionais pela dedicação e compromisso institucional com o povo baiano.

Muito obrigado!

Viva a Defensoria Pública!”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Registro as presenças da deputada Dra Fabíola Mansur e do deputado Angelo Almeida.

Neste momento, assistiremos a um vídeo sobre a Defensoria Pública.

(Apresentação de vídeo)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Eu queria aproveitar para, em nome do defensor público-geral da Bahia, Clérison Cavalcante Macêdo, parabenizar a Defensoria Pública da Bahia pelo seu dia e dizer que esta Casa tem recebido visitas de pessoas que passaram no concurso, mas ainda não foram chamadas. A Casa está solidária e torcendo para que essas pessoas realmente sejam chamadas, porque estudaram para passar no concurso e não podem ficar fora desse processo. (Palmas)

Recebemos da Associação dos Defensores uma solicitação para que esta Casa aprovasse o projeto que cria o quadro de servidores efetivos. A Assembleia também não irá se opor a isso. Mas eu sou testemunha viva do Dr. Clérison – nas viagens que fazemos pelo programa Pacto pela Vida, junto ao governador –, da sua luta para que venham recursos para que possam ser efetivados esses servidores. A Casa não pode aprovar projetos que gerem despesas para o Executivo se esses projetos não forem

oriundos do Poder Executivo. Mas quero dizer, às Sr^{as} e aos Srs. Defensores, que o que for bom para a Bahia a ALBA irá aprovar.

Eu sei que a luta de vocês é importante. É uma luta em prol da sociedade baiana, pelo menos para as classes menos favorecidas. E esta Presidência, que estará aqui durante 2 anos, irá lutar para fazer com que a Defensoria Pública chegue a todas as comarcas da Bahia, obedecendo assim à Constituição Federal.

Parabenizo todos vocês; parabéns ao Dr. Clérison pela sua briosa condução da Defensoria Pública. Isso é que é importante.

Como é de praxe, convido, para presidir a sessão a partir de agora, o proponente dela, deputado Marcelino Galo. Infelizmente, tenho que me retirar pois tenho uma agenda a cumprir fora da Assembleia.

Obrigado, bom dia e viva a Defensoria!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Mais uma vez, quero agradecer a participação do presidente desta Casa, o deputado Angelo Coronel.

Convido, para se pronunciar, o presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia, João Carlos Gavazza Martins. Pela organização do evento, foram destinados 5 minutos ao participante da Mesa. Desde já, peço desculpas, mas esse tempo deverá ser controlado.

Também aproveito para registrar a presença do deputado Angelo Almeida, membro da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa.

O Sr. JOÃO CARLOS GAVAZZA MARTINS:- Bom dia a todos e todas, gostaria de saudar especialmente o nosso deputado Marcelino Galo, proponente desta sessão especial; saudar também o nosso Excelentíssimo Defensor Público-Geral, Dr. Clérison Cavalcante; estender a saudação aos demais representantes da Mesa, todas as autoridades presentes e representadas, advogados, servidores da Defensoria Pública; estender também aqui um saudoso abraço a essa plenária tão amiga, tão colega e tão especial; saudar cada um defensor público. Quero dizer que o cidadão e a população baiana são muito felizes por contar com o trabalho de uma instituição que visa a cada dia levar dignidade, justiça social e tantas outras missões a cada um dos cidadãos.

Vou tentar respeitar ao máximo o tempo, inclusive adiantar um pouco a fala que tinha preparado.

(Lê) “Amanhã, dia 19 de maio, celebramos o Dia do Defensor Público. Profissional este integrante da Defensoria Pública, instituição norteada por regime constitucional e legal próprios, com atividades típicas e atípicas previstas no seu Estatuto, todas relacionadas à orientação jurídica, à promoção de direitos humanos e à defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Sendo esses aqueles considerados na forma do inciso LXXIV do art. 59º da Constituição Federal.

O defensor público possui atributos e qualidades únicas no que atine à função jurisdicional do Estado, por isso integra uma instituição permanente e essencial, é

pois o profissional a expressão máxima e instrumento do regime democrático de direito.

Cabe ao defensor público sempre e em qualquer hipótese defender o texto constitucional, a lei orgânica da Defensoria Pública, leis esparsas ou dispositivos afins, sempre visando atingir a proteção não apenas do cidadão ou coletividade no qual direciona a assistência jurídica, mas em última *ratio* persegue o defensor público com seu trabalho todos os dias uma sociedade mais justa e solidária.

O defensor público trabalha diuturnamente para ver cristalizados para além do plano das suas atividades administrativas e processuais os principais fundamentos e objetivos da nossa República Federativa, dos quais destaco a dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; construção de uma sociedade livre, justa e solidária; e acima de tudo promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

À Adep, Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia, no âmbito que lhe é pertinente, cabe o papel de proteção e valorização deste profissional tão singularmente vocacionado à defesa da Carta Constitucional de 88. Por isso é que não posso deixar de utilizar do momento e espaço que me é concedido para pedir o apoio dessa augusta Casa de máxima expressividade da democracia no olhar especial para com este profissional: o defensor público.

A Defensoria Pública no Estado da Bahia atualmente apresenta dados preocupantes, que precisam ser trabalhados por todos os agentes governamentais imbuídos dos mais nobres valores democráticos e republicanos.

Para isso cito a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, do ano de 2013, que apresentou à época estudo titulado *Diagnóstico das Defensorias Públicas no Brasil*, trabalho elaborado em conjunto com o Ministério da Justiça, destacando a necessidade do Estado baiano por quase 1.300 defensores públicos. Hoje a Bahia conta com apenas 274 profissionais.

Sequer conseguimos atingir os cargos legalmente previstos na Lei Complementar baiana nº 26/2006, Lei Orgânica da Defensoria Pública, que na remota data de 28 de junho de 2006 fez a previsão pela necessidade de 583 Defensores Públicos na Bahia. Atuamos, assim, contingenciados a 47% das nossas necessidades legais, previstas em 2006, e sob maior análise atendemos a apenas 17% das necessidades reais da população baiana.

Também estamos em apenas 29 das 279 comarcas instaladas na Bahia. O que sequer representa 11% do total de circunscrições judiciárias em funcionamento no Estado.”

Vou concluir... (risos). Eu tinha mais coisas para falar, mas vou respeitar o tempo. Quero pedir o apoio desta Casa, com relação a duas proposições nossas que tramitam aqui na Assembleia Legislativa: as proposições 20.903/2014 e 21.053/2014, ambas tratam de aspectos fundamentais para a valorização da carreira. Uma está relacionada à remuneração do defensor público. Hoje, infelizmente, contamos com uma evasão muito grande para outras carreiras e sabemos que a valorização do profissional perpassa também por essa discussão da remuneração. A outra proposição

é a dos servidores públicos, como foi bem colocado pelo nosso presidente da Assembleia Legislativa, que nos recebeu muito bem em momento anterior para tratar do tema. Pedimos esse apoio.

Também sabemos que logo, em breve – isso já tem sido muito bem amadurecido na instituição –, será encaminhado para esta Casa um projeto visando a reforma da nossa Lei Orgânica, que precisa ser atualizada.

Quero também sensibilizar todos os parlamentares aqui presentes, pedir esse apoio de valorização, um olhar atento para a Defensoria Pública. Até porque, inclusive, já se encontra tramitando nesta Casa a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foi entregue pelo Executivo no dia 15 de maio, agora, recentemente. Sabemos que o texto tem previsões específicas relacionadas à infraestrutura e interiorização da Defensoria Pública, o que é muito bom e precisamos, realmente, avançar nesse plano programático.

Então, quero pedir o apoio desta Casa, de todos os parlamentares presentes. Também conclamo os nossos colegas que estão muito imbuídos nessa missão de valorização da carreira, para que deem atenção especial a esses projetos de lei e ao nosso anteprojeto que em breve deverá chegar aqui à Casa. A Defensoria Pública precisa muito do apoio de vocês para sairmos de alguns índices que são muito perversos.

Agradeço demais, deputado, principalmente a V. Ex^a, que destacou essa sessão aqui para nós hoje. Quero agradecer também aos nossos colegas, nossos associados, que se fazem presentes. Quero deixar a todos um fraterno abraço e dizer que me sinto muito bem representando vocês. É uma emoção, sinceramente, estar aqui hoje podendo falar em nome de todos vocês. Muito obrigado! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigado, João, que é o presidente da Associação dos Defensores Públicos. Ele já foi bem claro. E também, com certeza, pode contar com a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, porque entendemos esta instituição como fundamental.

Quero também registrar a presença do major Elsimar Alcântara, que é presidente da Força Invicta, representante dos oficiais da Polícia Militar. Inaugurou uma relação extremamente importante com a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, pela importância que dá (palmas) não só ao diálogo com a Comissão como também entendendo que o policial militar, como operador da segurança pública, é um grande aliado dos direitos humanos. Então, quero parabenizar a condução que o major tem dado junto aos oficiais da Polícia Militar.

Quero registrar a presença do major Honorato, que representa o Comando Geral da Polícia Militar, o nosso Coronel Anselmo (palmas); Ailton Ferreira, representando a secretária Fabya Reis, da Sepromi (palmas); Carla Ramos, subsecretária da Secretaria de Políticas para as Mulheres (palmas); Germana de Almeida, coordenadora do Curso de Direito da Universidade Católica de Salvador, representando o reitor, padre Maurício Ferreira (palmas), da Universidade Católica de

Salvador. Aqui presente também o ex-deputado, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos, coordenador executivo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Yulo Oiticica. Nós aprendemos muito com ele. Muito obrigado pela sua presença.

(Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Dando continuidade aos trabalhos, convido a corregedora da Defensoria Pública, Sr^a Maria Auxiliadora Teixeira, para se pronunciar.

A Sr^a MARIA AUXILIADORA TEIXEIRA:- Quero cumprimentar o deputado Marcelino Galo, dizer que nós agradecemos a sua iniciativa; o nosso defensor-geral, Dr. Clériston Cavalcante; Dr^a Desembargadora Delma, a quem eu tenho ainda a intimidade de chamar de Dr^a Delma, pela amizade e proximidade, em nome de quem eu estendo os cumprimentos a todos os componentes da Mesa; cumprimento todos os defensores presentes, na pessoa do nosso presidente João Gavazza; não poderia deixar de cumprimentar todos os conselheiros, na pessoa da Dr^a Tereza Cristina, pela nossa eleição do Conselho, um momento democrático. É muito bom vivenciar esses momentos de democracia dentro da nossa instituição.

(Lê) “É com muita honra que a Corregedoria recebeu o presente convite para participar desta importante Sessão Especial em Comemoração ao Dia Nacional da Defensoria Pública.

É sabido que a DPE, nos últimos anos, se firmou como uma instituição forte, autônoma, independente, voltada à defesa dos necessitados, composta por defensoras e defensores conscientes de seu papel, preocupados com a efetivação da cidadania e comprometidos com a promoção dos Direitos Humanos.

Não somos apêndice de órgão algum. Se formos fazer uma comparação com o nosso corpo, somos o cérebro, aquele que comanda todas as ações. Todas as ações em prol de uma sociedade equânime. Somos a força dos excluídos, a esperança daqueles à margem dessa sociedade injusta com muitos e generosa para poucos.

Somos também instituição de transformação social, com o dever de resgatar seu papel fundamental de acompanhamento dos movimentos sociais, com os quais devemos interagir. O papel de fomentar a luta pela igualdade, liberdade e fraternidade, e buscar o acesso do cidadão ao direito a toda diversidade, pois qualquer luta para garantia de um direito é também luta da Defensoria Pública.

E é certo, senhora e senhores, autoridades aqui presentes, que a luta pelo bem-estar de todos exige uma atuação incessante, diária, eficaz em favor das pessoas mais necessitadas e dos grupos vulneráveis, um esforço contínuo pela redução das desigualdades, para que cada cidadão tenha os seus direitos fundamentais assegurados.

Temos a missão importante de propiciar acesso a direitos e promover cidadania, inserta na Constituição Federal, não por acaso chamada de Constituição Cidadã, como instituição essencial à função jurisdicional, com o importante papel de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.

Foram muitos os desafios que tivemos de enfrentar até aqui. Sei também que muitos outros estarão na nossa rota.

A busca por soluções alternativas de conflitos, além de contribuir para a pacificação de litígios, diminuição da judicialização, possibilitando uma prestação jurisdicional mais célere.

A Defensoria Pública não é apenas um meio de acesso às instâncias do Poder Judiciário, mas instrumento de alcance da Justiça, no seu sentido maior de equidade.

Termino com as palavras de um ministro poeta do Supremo Tribunal Federal, quando se discutia a opção pela instituição ‘momento dos mais delicados’. Ele disse: *‘A Defensoria Pública, muito mais do que um meio de vida, talvez seja uma das mais belas razões de viver’*, Carlos Ayres Brito. Repito: *‘A Defensoria Pública, muito mais do que um meio de vida, talvez seja uma das mais belas razões de viver’*.

A Corregedoria, enquanto órgão da nossa instituição, também tem essa razão de viver e quer ver a DPE sempre num local de destaque na nossa sociedade, colaborando na construção de uma sociedade justa e para, efetivamente, concretizar o direito de acesso à Justiça, de forma ampla, condizente com os escopos de um Estado Democrático e Social de Direito, pois o seu fortalecimento significa respeitar a dignidade do nosso público alvo. Seu norte deve ser a transformação social.

Viva a Defensoria!

Estamos juntas nessa batalha!

Obrigada a todos e a todas.” (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Muito bem. Maria foi rigorosa no tempo.

Vamos agora ver e ouvir um vídeo com depoimentos.

(Exibição de vídeo)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Quero registrar a presença de Flávio Gonçalves, que é diretor do IRDEB, sistema público de comunicação do Estado da Bahia, que também vem fazendo um excelente trabalho (palmas) e tem demonstrado que tem todo o interesse em fazer uma parceria com a nossa Defensoria.

Quero registrar, também, a chegada da nossa secretária Fabya Reis, convidá-la para a Mesa e já solicitar-lhe que faça uma saudação por conta de ser a única secretária do Estado que está aqui presente, dando importância a este evento.

Já está chegando aqui a representante do governador. (Risos)

Quero registrar a presença de Beth Wagner, que é da Assessoria de Meio Ambiente desta Casa. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a Sr^a Fabya Reis.

A Sr^a FABYA REIS:- Bom dia a todos e todas.

Quero saudar o deputado Marcelino Galo e parabenizá-lo pela proposição desta sessão solene em celebração ao Dia da Defensoria Pública e saudar, também, os

demais presentes. Mas quero cumprimentar em especial o nosso defensor-geral, Dr. Clérison Macedo, na pessoa de quem cumprimento, juntamente com o deputado, toda a Mesa.

Trago um abraço do governador Rui Costa.

E quero dizer do papel estratégico das nossas relações institucionais e do compromisso do Estado em construir cada vez mais o acesso à Justiça, além de trazer os parabéns e o abraço do governador Rui Costa.

O nosso compromisso, enquanto secretária – e, aí, eu posso me dirigir diretamente ao Dr. Clérison e toda a sua equipe, como Dr^a Firmiane, que deve estar aqui –, é a construção do combate ao racismo institucional, o combate ao racismo em nosso Estado.

Não têm sido poucas as nossas interlocuções e os nossos diálogos institucionais. Oportunamente, tivemos, em janeiro, o lançamento da Cartilha de Combate à Intolerância Religiosa, uma parceria que agradeço, efetivamente, pelo compromisso com esse segmento.

Agradeço, também, por termos estabelecido um diálogo. O Dr. Rafson está aqui presente e ele construiu conosco um grande novembro ao trazer, para o contexto da Década Internacional de Afrodescendentes, no quesito reconhecimento, a visibilidade da história de Luísa Mahin, a quem acho que fizemos um divisor de história quando fizemos um júri simulado, lá, no auditório da Uneb. (Muitas palmas)

Então quero, também, publicizar, nesta sessão, essa parceria, como tem sido ao longo do ano, no conjunto e presença efetiva e definitiva da Defensoria Pública no tocante ao *Pacto pela Vida*, sobretudo dialogando conosco para que possamos assegurar o que prevê os direitos humanos aos cidadãos e às cidadãs baianos e brasileiros, no que precisa, efetivamente, do papel da Defensoria.

Gostaria de ressaltar o compromisso da Defensoria Pública na renovação dos seus processos democráticos, pois essa instituição tem aberto diálogos com a sociedade e, também, tem feitos diálogos institucionais com o nosso governo.

Então, a Sepromi - Secretaria de Promoção da Igualdade Racial é uma parceira histórica.

Quero dizer, Dr. Clérison, muito obrigada.

Nós estamos, cada vez mais, renovando os nossos compromissos para que a gente possa ter, sim, esse acesso à Justiça assegurado, sempre assegurando também os nossos processos democráticos.

Então, parabenizo, mais uma vez, o nosso deputado Marcelino Galo pela iniciativa de realização dessa sessão especial.

Parabenizo todas as defensoras e os defensores públicos da Bahia e do Brasil neste dia de celebração e de reafirmação do Estado Democrático de Direito, a fim de assegurar o direito à Justiça a todos os cidadãos e as cidadãs.

Então, hoje é um dia em que me dirijo para agradecer e, ao mesmo tempo, parabenizar.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Então, agradeço, à secretária Fabya Reis, a sua participação.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- E, agora, por consenso, faremos uma alteração no protocolo. Geralmente, quem fala por último é a representação do governador. Mas a Dr^a Luciane entende que esta homenagem é para Defensoria Pública e, por conseguinte, o seu representante maior deve fechar este evento. Então, agradeço, imensamente, a generosidade da Dr^a Luciane.

Então, pela ordem, com a palavra a Dr^a Luciane Rosa Croda para se pronunciar. (Palmas)

A Sr^a LUCIANE ROSA CRODA:- Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do defensor público-geral do nosso Estado, Dr. Clériston. Parabenizo, também, o proponente desta justa e devida homenagem, o deputado Marcelino Galo.

As minhas palavras serão muito breves.

Defensoria Pública já deveria ser sinônimo de cidadania, porque, dentre as nossas instituições, tenho certeza de que nenhuma delas, hoje, representa tão bem esse conceito de cidadania quanto a Defensoria Pública. Em momentos de turbulência como os que vivemos hoje, especialmente hoje, o fortalecimento das instituições garantirá o nosso passar por águas turbulentas. As instituições precisam sair fortalecidas.

E a Defensoria Pública tem dado o seu exemplo durante os últimos 10 anos ao empoderar, ao participar, ao escutar a sociedade e ao alinhar as suas campanhas com os princípios democráticos desse nosso tão combalido Estado. Tal postura de uma instituição é de se admirar, é de se copiar também pela advocacia pública – aqui falando pela Procuradoria Geral do Estado –, e de se aplaudir.

Então, neste dia, rendo as minhas homenagens à Defensoria Pública em nome do nosso procurador-geral do Estado, Dr. Paulo Moreno, e, também, em nome do governador do Estado, Rui Costa, que está em viagem a Brasília, como já pontuou a nossa secretária Dr^a Fabya.

Ressalto o fato de estar muito feliz em poder participar deste momento, Dr. Clériston.

Realmente, a Defensoria Pública está de parabéns.

Parabéns a todos os defensores e as defensoras.

Desejo que todos vocês continuem na luta! E, cada dia mais, a Defensoria será sinônimo de cidadania neste País. Meus parabéns a vocês! Continuem firmes. Contem com a PGE – **Procuradoria Geral do Estado da Bahia** – dentro do que for possível. Continuem nesta interlocução com o Estado. Tenho certeza de que tão logo o Estado saia do nosso limite prudencial, os cargos serão providos. Disso, tenho certeza, porque é preciso ter uma carreira de apoio; é preciso ter serviços que são tão essenciais, inclusive para o nosso Estado, bem aperfeiçoados e fortalecidos.

Meus parabéns, Dr. Clérison.

Parabéns a todos os defensores e defensoras.

Fica, aqui, o meu muito obrigada como cidadã deste Estado. (Muitas palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Obrigada, Dr^a Luciane.

Quero registrar e agradecer a presença do Dr. Hildebrando de Araújo, defensor público aposentado.

Agora passaremos a palavra ao Dr. Clérison Cavalcante de Macêdo, usando o tempo que julgue necessário, para que ele faça a representação dessa instituição nesta celebração.

O Sr. CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO:- Bom dia a todos e todas.

Já que não tenho limite, vou fazer a nominada, porque já se perde mais da metade do tempo que seria destinado a cada um de nós. Primeiro, quero agradecer ao deputado Marcelino Galo por mais uma vez fazer essa proposição pela passagem do Dia da Defensoria Pública. É a segunda vez que viemos à Assembleia Legislativa, através da proposta de V.Ex^a. Portanto, ficam aqui os agradecimentos da Defensoria Pública na sua pessoa.

Quero agradecer também a presença da procuradora-geral adjunta, a amiga Luciane Croda, que já esteve na minha primeira posse como defensor público-geral. E, sempre que necessário uma conversa com a Defensoria Pública, a Procuradoria sempre se coloca à disposição. Temos ido várias vezes, e a senhora sempre nos auxiliando, assim como o Dr. Paulo Moreno e demais procuradores.

Muito obrigado.

Estendo também os cumprimentos a todos os procuradores e procuradoras do Estado da Bahia.

À Sr^a Procuradora Desembargadora Dinalva Laranjeira Pimentel, representando aqui a desembargadora Maria do Socorro, que igualmente esteve agora na minha segunda posse, agradeço pela presença. O Tribunal de Justiça tem demonstrado muita sensibilidade nos pleitos da Defensoria Pública, na pessoa da presidente, e é importante que nós estreitemos os laços entre a Defensoria Pública e o Poder Judiciário.

Muito obrigado.

Quero agradecer ainda à procuradora Cleonice de Souza Lima, representando a procuradora-geral de Justiça, Ediene Lousado, também uma parceira da Defensoria Pública. Temos mantido contatos diários, inclusive pelo *WhatsApp*, porque é importante utilizar instrumentos modernos para que possamos nos comunicar quando há uma necessidade de que as instituições dialoguem.

A Defensoria e o Ministério Público são instituições coirmãs que por si sós demonstram a importância de elas serem fortes para que o Estado Democrático de Direito possa ser fortalecido. Portanto, não existe competição entre Defensoria

Pública, Ministério Público, Procuradoria nem Poder Judiciário. Todos nós juntos representamos o Estado, o Estado forte, com instituições fortes.

Muito obrigado pela presença.

Agradeço também ao nosso colega Bruno de Andrade, defensor público federal que representa aqui a colega chefe-substituta da Defensoria Pública, Charlene. Importante a ideia de as pessoas terem unidade de Defensoria Pública. Apesar de termos carreiras bastante semelhantes, mas atribuições diferentes, somos todos defensores das Defensorias Públicas do Brasil.

Muito obrigado pela presença.

Esta homenagem também se estende aos defensores públicos federais, porque é o Dia da Defensoria Pública no Brasil.

Obrigado, mais uma vez.

Sempre presente a secretária Barrez nas ações da Defensoria Pública.

Obrigado pela presença.

Essa parceria da Defensoria Pública Executiva, com e através de várias secretarias, só fortalece o cidadão que mais precisa da Defensoria Pública.

Muito obrigado igualmente pela presença da corregedora-geral da Defensoria Pública, a Sr^a Maria Auxiliadora.

E por fim outros nomes importantes.

Obrigado a João, presidente da Associação, na pessoa de quem estendo os meus cumprimentos a todos os defensores e defensoras públicos do Estado da Bahia.

Obrigado, Bruno, que está aqui à Mesa, também representando a Associação.

Os meus agradecimentos também a Helber. E Rosane, representando aqui Freddy Pitta Lima, igualmente um parceiro da Defensoria Pública.

Os magistrados sempre estão próximos a nós. Aliás, trabalhamos diariamente, isso é importante, esse trabalho conjunto, porque assim se faz justiça. É importante essa presença e agradeço.

Por fim, quero agradecer pela presença aos servidores da Defensoria Pública que estão aqui. Sem eles todo o nosso trabalho seria em vão; além de todas as autoridades, deputados e deputadas que já foram aqui nominados pelo proponente, que demonstram um compromisso com a Defensoria Pública, como Maria del Carmen, Fabíola Mansur... o deputado... é porque não está aqui, está difícil de...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Angelo Almeida, da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

O Sr. CLÉRISTON CAVALCANTI:- Importante comissão. Foi através da Comissão de Direitos Humanos que trouxemos o debate da audiência de custódia para a Bahia, dentre outros vários temas que trazemos para dentro deste Parlamento.

(Lê) “Prezadas senhoras, prezados senhores

Amanhã, 19 de maio, é o Dia Nacional da Defensoria. Agradecemos a Assembleia Legislativa e ao deputado Marcelino Galo por mais uma homenagem.

Como vocês viram nesse vídeo institucional, grande é o leque de atuação em benefício das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade.

Aos 31 anos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia pode dizer que a ação da sua equipe, composta por defensores públicos, servidores e estagiários, contribui para transformar vidas.

Apesar das dificuldades pelas quais o País e a Bahia passam, a Defensoria Pública aumentou o número de atendimento em 2016. Os defensores públicos continuam saindo dos seus gabinetes, entendendo a importância de estar perto do cidadão mais vulnerável.

A Defensoria tem ajudado a transformar a vida de pessoas que vivem em situação de rua, através da nossa Equipe Pop Rua, que registrou mais de 4.450 atendimentos, incluindo atendimentos psicossociais.

Também temos participado da transformação da vida de crianças e adolescentes e dos seus pais através da Ação Cidadã Sou Pai Responsável, que viabiliza gratuitamente o exame de DNA e busca aproximar os pais dos filhos, valorizar a família, viver o afeto. Realizamos mais de 2 mil exames DNA só em 2016.

Ajudamos a transformar a vida das crianças do bairro de Pernambués, que estavam sem creche. O trabalho desenvolvido recebeu o prêmio Litigância Estratégica em Direitos Humanos, promovido pelo Fórum de Justiça em parceria com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

E também contribuímos através do Projeto Acolher, que mensalmente promove encontros integrantes da Rede de Proteção à Infância e à Adolescência e acompanha a situação dos abrigos.

Em Vitória da Conquista, a ação para a garantia de leitos no Sudoeste, numa parceria da Defensoria com o Ministério Público Federal, foi vencedora do V Prêmio República, do Ministério Público Federal.

Ainda em Vitória da Conquista, temos um importante trabalho, realizado através do Centro de Mediação e Conciliação da nossa 2ª Regional, que contribui para a solução de conflitos familiares sem a necessidade de judicialização. Essa ação transformadora recebeu menção honrosa no prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça.

Somamos 16.492 só em mediações e conciliações, que significam ações judiciais a menos. Por acreditar na mediação e conciliação para a solução de conflitos, a Defensoria, pela primeira vez na história, contratou assistentes sociais e psicólogos para unidades que não são sedes de regionais.

Nossos defensores públicos e servidores estão ficando cada vez melhores em perceber a necessidade da comunidade e agir para promover transformações. Assim nasceu o projeto Mãos que Reciclam, também em Vitória da Conquista, que abraça a causa dos coletores de resíduos sólidos recicláveis.

Em todas as comarcas em que estamos presentes contribuímos para transformar vidas. Fazemos isso o ano inteiro aqui, em Salvador, em quatro municípios da Região

Metropolitana e em outros 24 municípios vinculados às regionais de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Juazeiro e Santo Antônio de Jesus.

Procuramos fazer isso inclusive no Plantão do Carnaval, que completou 10 anos. Registramos neste ano 7.909 atendimentos. Também garantimos os direitos das pessoas na Micareta de Feira de Santana, que começa hoje. Nossos defensores estarão a postos, inclusive, com nossa unidade móvel, assim como fizemos aqui no Carnaval.

Os atendimentos ultrapassaram os espaços fixos dos gabinetes e se estabeleceram de forma itinerante pelos bairros de Salvador e por outras comarcas onde a Defensoria não está presente com defensores públicos, ainda.

Como resultado de uma atuação coletiva, incluindo os atendimentos feitos por nossa Central de Relacionamento com o Cidadão através do 129, alcançamos 1.004.127 atendimentos, em 2016. (Palmas)

Nas comunidades com Base Comunitária de Segurança, o Programa Defensoria Cidadã Itinerante que desenvolvemos no Pacto Pela Vida, atendeu no ano passado 2.044 pessoas, entre Salvador, Feira de Santana, Itabuna e Porto Seguro.

Uma das formas de ampliar o acesso à Justiça foi o investimento na aquisição de uma Unidade Móvel de Atendimento, inaugurada em novembro de 2016 aqui no CAB e que fez seu primeiro atendimento em dezembro, em Periperi, Subúrbio Ferroviário. Ali, em uma manhã de chuva forte, foram atendidas pelo menos 130 pessoas que precisavam de orientação ou assistência jurídica, mas não tinham como se deslocar do bairro.

A Unidade Móvel é adaptada em um caminhão-baú, com três gabinetes, um deles com acesso especial para pessoas com dificuldade de locomoção. Com ela podemos chegar a cidades onde não temos defensores públicos, prioritariamente. Um exemplo foi Cristópolis, no Oeste baiano, cuja população nunca havia sido atendida por um defensor público. Dia 29 será a vez de Juazeiro receber a Unidade Móvel.

Apesar das dificuldades orçamentárias, compramos o desafio e conseguimos chegar a mais dois territórios de identidade do Estado, totalizando presença em 19 dos 27 territórios. Falta um bocado para termos defensores públicos em todos, mas contamos com o apoio dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares, que também são cobrados pela presença da Defensoria nas suas bases eleitorais.

A Defensoria Pública priorizou em 2015, com as últimas nomeações de defensores, as comarcas com unidades prisionais. A interiorização do Pacto pela Vida, inclusive, tem dado oportunidade de mostrar a importância de ter defensor público em todos os municípios do Estado da Bahia.

A Caravana do Pacto pela Vida já passou por Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro...” – e aí abrange Eunápolis e Teixeira de Freitas também – “(...) Itabuna e Juazeiro...” – iremos, dia 16, a Itaberaba, onde não há Defensoria Pública; já houve – “(...) e comprovamos que os defensores públicos atendem, em média, a 80% dos detentos do sistema prisional da Bahia. A instituição também participa da maioria dos júris populares, produzindo economia para o Estado, que não tem que arcar com honorários de advogados dativos, e uma defesa técnica de qualidade para os cidadãos com poucos recursos.

Já em 2015 mostramos que cada defensor público representava para o Estado uma economia anual média de até R\$ 1.759.824,01, custo com advogado dativo.

Nesta semana homologamos o concurso público. A distribuição de novos defensores terá critérios estabelecidos pelo Sistema de Planejamento de Expansão da Defensoria - SIPED. Uma ferramenta pioneira no País, criada por nossa Coordenação de Modernização e Informática e idealizada pelo subdefensor público-geral, Rafson Ximenes.

Temos investido no processo de interiorização. Reabrimos unidades que haviam sido fechadas, colocamos defensor público em comarcas que nunca tinham sido beneficiadas por nosso serviço e reestruturamos unidades na capital e no interior. Foram reabertas as comarcas de Amargosa, Barreiras, Brumado, Eunápolis e Irecê. E ganharam sedes novas, as unidades de Lauro de Freitas, Teixeira de Freitas, Serrinha, Vitória da Conquista, Valença e Simões Filho.

Como o orçamento da Defensoria Pública ainda não é o que idealizamos, temos investido em medidas que permitem economicidade de recursos e redução de gastos com deslocamentos. O nosso sistema de videoconferência está promovendo eficiência e ampliação de logística para as reuniões e eventos realizados pela Defensoria Pública.

Continuamos fazendo nosso orçamento participativo com a sociedade civil. No próximo dia 27, teremos a última conferência pública, que acontecerá no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública, no Canela, em Salvador. As senhoras e os senhores estão convidados a dar a sua contribuição.

Estamos aqui prestando contas do trabalho dos defensores e servidores, com o apoio dos estagiários, para mostrar qual é o nosso serviço, o quanto a gente representa na vida das pessoas. Quanto mais investimentos a Defensoria tiver, mais pessoas serão atendidas, e mais bem atendidas.

Estamos aqui para mostrar que vale a pena investir na Defensoria Pública, que tem contribuído para transformar a vida das pessoas. Muito fizemos e mais poderemos fazer se houver investimento na nossa instituição.

Tudo o que é aprovado em orçamento para a Defensoria é revertido em benefício da população mais carente. Em ações voltadas para a garantia de direito à saúde, educação, consumidor, direitos humanos, moradia, família, entre outras.

Eu poderia falar aqui o dia inteiro sobre como a Defensoria é uma instituição importante para a transformação da vida das pessoas, porque em cada uma das comarcas onde estamos presentes temos muitas histórias positivas, para serem contadas e vivenciadas. Mostraremos daqui a pouco depoimentos de três pessoas que tiveram suas vidas transformadas. São gravações caseiras, mas repletas de palavras que comprovam tudo o que eu disse aqui.

Parabéns, defensores públicos! Parabéns, servidores! O trabalho de todos nós fortalece a nossa instituição. Obrigado a vocês, parlamentares. Desejo que vejam a Defensoria como investimento em igualdade social, em garantia de direitos e em solução extrajudicial de conflitos. Convido vocês a caminharem conosco, aprovando

leis voltadas para os cidadãos. E aprovar leis que beneficiam a Defensoria é beneficiar o cidadão mais carente. Avante, Defensoria!

Muito obrigado!”

Parabéns, agradeço a presença dos aprovados e me comprometo a nomeá-los num prazo rápido, porque a população mais carente precisa da Defensoria Pública.

Obrigado a todos. Gostaria de registrar a presença da ouvidora externa-geral da Defensoria Pública, a socióloga Vilma Reis, muito obrigado pela presença, representando aqui toda a sociedade civil. (Palmas) Parabéns pela recondução ao cargo, um desafio imenso pela frente nos próximos 2 anos.

Portanto, defensores, servidores, defensoras, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a Defensoria Pública precisa da união de todos os esforços, para que nós não só nomeemos mais defensores, para que nós também aproveemos a lei dos servidores efetivos da instituição, para que nós também atualizemos a Lei da Defensoria Pública, que é de 2006, para que nós, também, atualizemos a remuneração desses servidores que serão contratados através de concurso público, e a dos defensores públicos.

É o compromisso de todos nós, não só defensores, mas deve ser de todo o cidadão baiano.

Muito obrigado. Parabéns a todos! Viva a Defensoria!

(Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Agradeço ao defensor público, Dr. Clérison, e também quero fazer o registro, nesta Mesa, de duas grandes mulheres aqui, um grande quadro desta Assembleia, a deputada Maria del Carmen, muito obrigado pela sua presença, e também da nossa grande intelectual, essa mulher determinada, que representa muito bem o nosso povo, a Dr^a Vilma Reis. Quero parabenizá-la pela sua reeleição e dizer que temos a certeza de um grande mandato na Ouvidoria. A senhora tem a confiança do nosso povo, principalmente do povo que mais precisa, os trabalhadores, os pobres do nosso Estado.

Ouviremos agora o Hino da Bahia.

(Execução do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Vamos registrar a presença, também, de Welton, que é chefe de gabinete do Inema, aqui representando essa instituição. Quero ainda dizer a todos vocês e ao Dr. Clérison que nós que trabalhamos muito pela implantação das audiências de custódia do nosso Estado precisamos agora apoiá-las, porque estou vendo muito agente público falando besteira em relação a esse instituto que é fundamental aos direitos humanos. Nós trabalhamos para criar um instrumento de justiça e não de facilitação de criminosos.

Então, é preciso que a gente reforce essa posição neste momento. Inclusive, a Comissão de Direitos Humanos vai fazer uma visita ao Dr. Faissal no sentido de ter um ato político de apoio a essas audiências.

Em nome do Poder Legislativo, agradeço às deputadas Maria del Carmen e Dra Fabíola Mansur, ao deputado Angelo Almeida e a todas as autoridades militares, civis e eclesiásticas que participaram deste ato. Agradeço a todos vocês.

Parabéns à Defensoria, viva a democracia, viva os direitos. É preciso que, neste momento, a gente reafirme a necessidade de lutar pelos direitos do povo brasileiro, do povo trabalhador, do povo pobre. Muito obrigado a vocês. Viva a Defensoria!

Declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.